



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 49 — 41

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1967

ATA DA 45ª SESSÃO, EM 24 DE ABRIL DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRs.: NOGUEIRA DA GAMA E GUIDO MONDIN

As 14h36m acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Senna
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Petrônio Portela
Menezes Pimentel
Duarde Filho
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
Aloysio de Carvalho
Josephat Marinho
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
Atilio Fontana
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Há número regimental, está aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º-Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é sem debate, aprovada.

O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(De 20 do mês em curso)

Restituição de autógrafos de Proposições promulgadas:

Nº 319-67 — (Nº de origem 370-67) — com referência a promulgação do Projeto de Lei nº 270-66 no Senado e nº 3.978-A-66, na Câmara dos Deputados, que altera, sem aumento de despesas, dotações do Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965. (Projeto que, mantido pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, transformou-se na Lei nº 5.269 de 20.4.1967);

Nº 220-67 — (Nº de origem 371-67) — com referência à promulgação das partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto de Lei nº 23-65, no Senado e nº 3.171-67, na Câmara, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo.

SENADO FEDERAL

Resolução nº 39, de 1967, publicada no Diário do Congresso Nacional de 20-4-67 — Republicada por ter saído com incorreção.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, inciso IV, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 39, DE 1967

Suspende a execução do inciso VI do art. 40 da Lei nº 1, de 18 de setembro de 1947, do Estado de São Paulo.

Art. 1º E' suspensa, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida na Representação nº 675, a execução da alínea VI do art. 40 da Lei nº 1, de 18 de setembro de 1947, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de abril de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.194, de 24.12.1966).

OFÍCIO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Nº C-DAC-9.1601.4 (24d), de 18 do mês em curso comunica haver o Senhor Presidente da República designado o Senhor Senador Eurico Rezende para integrar, na qualidade de Embaixador, a Missão Especial do Brasil às solenidades de posse do novo Presidente da República da Nicarágua, General-de-Divisão Anastasio Somoza D., que terão lugar em Managua, de 30 do corrente a 2 de maio próximo.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministro da Justiça

Ofício nº G-46-B, de 20 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 84-67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres.

II — Do Ministro da Saúde

Aviso nº 325-BR, de 17 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 185-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Comunicação da aprovação, pela Câmara dos Deputados, de Projeto de Lei do Senado e remessa do Projeto à sanção

Nº 492, de 15 do mês em curso — com referência à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 40-65, na Casa de origem, e nº 3.568-A-65, na Câmara dos Deputados, que institui

o "Dia da Comunidade Luso-Brasileira" e dá outras providências. Projeto enviado à sanção na mesma data.

PARECERES

Pareceres ns. 238, 239 e 240, de 1957

PARECER Nº 238, DE 1957

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1955 (nº 1.773-B-52 na Câmara), que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

Relator: Senador Menezes Pimentel
O presente projeto, de autoria do Deputado Antônio Peixoto, estabelece uma revisão nos limites do Polígono das Secas, ampliando-os com a finalidade de abranger determinadas áreas situadas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

2. Em sua justificação, o Autor esclarece amplamente os motivos que o levaram a apresentá-lo, com vistas ao atendimento do clamor das populações das regiões beneficiadas contra as calamidades periódicas da estiagem. Além disso, cumpre notar, o projeto consubstancia numerosas outras proposições apresentadas na Câmara dos Deputados.

3. A matéria já foi objeto de estudos por parte da Comissão do Polígono das Secas, que opinou pela sua aprovação. Indo a Plenário, recebeu cinco emendas, ao artigo 1º, todas alterando tecnicamente os referidos limites.

4. Nada há que possa ser arguido quanto à juridicidade e constitucionalidade do projeto e das emendas,

razão pela qual opinamos, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 1955. — ... Presidente. — Menezes Pimentel, Relator.

PARECER Nº 239, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre Emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1955 (nº 1.773-B-52, na Casa de origem), que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais

Relator: Senador Menezes Pimentel

Esta Comissão já teve oportunidade de se pronunciar sobre o presente projeto, que, por haver recebido emendas em Plenário, e para que sobre elas nos manifestemos, volta ao nosso exame.

As emendas, em número de 5, são as seguintes

EMENDA Nº 1

"Ao art. 1º:
Onde se lê: "e, pela linha atual, as cidades de Montalvania, Pirapora, Corinto, Curvelo, Dom Joaquim, Nanaque e Salto da Divisa, no Estado de Minas Gerais;"

Leia-se: "e, pela linha atual, as cidades de Montalvania, Pirapora, Corinto, Curvelo, Sate Lagos, Dom Joaquim, Nanaque e Salto da Divisa, no Estado de Minas Gerais;"

EMENDA Nº 2

"Acrescente-se ao art. 1º
"..... e norte do Estado do Espírito Santo, do Rio Doce ao Rio Mucuri, no Estado da Bahia".

EMENDA Nº 3

"Inclua-se, no art. 1º, as seguintes cidades, no Estado do Espírito Santo, entre as cidades Dom Joaquim e Nanaque, em Minas Gerais:

"..... De Dom Joaquim, em linha reta, até Mantenópolis, São Mateus, Conceição da Barra e Mucuri, no Estado do Espírito Santo, alcançando as cidades de Nanaque e Salto da Divisa, em Minas Gerais".

EMENDA Nº 4

Onde se diz: "Tobias Barreto e Cachoeira"
Diga-se: "Doquim e Propriá".

EMENDA Nº 5

"Acrescente-se ao art. 1º:
Fica incluído todo o território no Estado do Piauí no Polígono das Secas".

II. Todas essas cinco emendas visam incluir novas localidades na área do polígono das Secas e estão devidamente justificadas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

III. Do exame do assunto chegamos à conclusão de que, do ponto de vista constitucional e jurídico, tais Emendas merecem acolhida.

IV. Ao ensejo, e embora meio fora de tempo, talvez seja interessante observar que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, respondendo (com enorme atraso) à nossa consulta, declarou-se a favor de uma "revisão da atual área do Polígono das Secas, mas não no sentido de ampliá-la, somente, e sim torná-la o mais "real possível", concluindo contra a aprovação do projeto e a favor da constituição de um grupo de trabalho para estudar a matéria.

Somos, diante do exposto, pela aprovação das Emendas.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1966. — Wilson Gonçalves, Presidente — Menezes Pimentel, Relator — Gay da Fonseca — Adalberto Senna — Josaphat Marinho — Bezerra Neto.

PARECER Nº 240, DE 1967

Da Comissão do Polígono das Secas sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1965 (nº 11.773-B-52, na Câmara), que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

Relator: Senador Aurélio Vianna.

O parecer que emiti sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1965, foi unanimemente aprovado.

Quanto às emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5, todos pela sua rejeição, podendo ser melhor apreciadas numa outra proposição.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1965. — Ruy Carneiro, Presidente — Aurélio Vianna, Relator — Dinarte Filho — Manoel Villaga — Júlio Leite.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente lido vai à publicação.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura de Projeto de Resolução de autoria da Comissão Diretora.

E' lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39, de 1967

Fica sem efeito a nomeação de Auxiliares Legislativos habilitados em concurso.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. Fica sem efeito, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, da Resolução nº 2, de 1959, combinado com o art. 74, da Resolução nº 6, de 1963, a nomeação de Marília Pacheco de Souza, Leda do Nascimento e Humberto Jorge da Rocha, candidatos habilitados em concurso público, para o cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Justificação

Os aludidos candidatos foram aprovados em concurso público para o cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo desta Casa. Todavia, deixaram de comparecer para tomar posse no prazo legal, razão pela qual a Comissão Diretora submete ao Plenário o presente Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1967. — Auro Moura Andrade — Camillo Nogueira da Gama — Gilberto Marinho — Dinarte Mariz — Edmundo Levi — Atílio Fontana — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Projeto vai à publicação e, oportunamente, será incluído na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura de Requerimento de Informações.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 294, de 1967

Considerando que na região do Baixo-Amazonas, no Estado do Amazonas, vive uma população quase totalmente dedicada à jaticultura e à pecuária, além de empregada também numa agricultura relativamente intensa;

Considerando que a enchente que atualmente ocorre no Rio Amazonas já atingiu a um nível verdadeiramente catastrófico em grande extensão do Vale;

Considerando que, não obstante a alagação estar causando grandes prejuízos em todo o Vale, as regiões do Médio e do Baixo-Amazonas são as mais duramente atingidas;

Considerando que o volume e a antecipação das águas provocaram o inesperado avassalamento das terras, onde se cultiva a juta, e dos campos, onde se faz o criatório impedindo acatadoras providências;

Considerando que os prejuízos dos jaticultores, em decorrência de grande cheia, se, em algumas áreas, são vastíssimos e irrecuperáveis pelo esforço individual, são, em outras, totalmente arrasadores;

Considerando que a jaticultura constitui hoje a base da economia das regiões do Médio e do Baixo-Amazonas (Estado do Amazonas) e que, por isso mesmo, age como fator de fixação do ribeirinho daquela vasta e promissora região da hinterlândia amazônica;

Considerando que cumpre ao Poder Público assistir e amparar as populações na luta pela emancipação econômica da Região, no seu afã de exercer uma atividade produtiva, no seu desejo de libertar-se da condição de subdesenvolvimento e no seu propósito de ocupar permanentemente a terra, dando a essa ocupação sentido e significado de utilidade nacional e humana.

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministério do Interior — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SU DAM) — as seguintes informações:

1 — Se a SUDAM, como órgão regional específico da Amazônia, controlador e planejador da ação federal na região, já tomou conhecimento efetivo e ativo, da grande alagação que está avassalando ampla extensão do Vale Amazônico;

2 — Nas regiões indicadas, no Estado do Amazonas, quais as áreas mais desastrosamente atingidas e que assistência emergencial vem proporcionando às suas populações, especialmente aos jaticultores e aos pecuaristas;

3 — Que plano de assistência e amparo pretende realizar, ou já está realizando, para salvar os jaticultores e criadores que tiveram seus jatais e seu gado destruídos e dizimados pela ação das águas.

Sala das Sessões, em Brasília, 24 de abril de 1967. — Edmundo Fernandes Levi.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e, em seguida, será despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados na Sessão anterior:

I — Do Sr. Senador Raul Giuberti:

Ao Ministro das Minas e Energia — Nº 277.

II — Do Sr. Senador Vasconcellos Torres:

Ao Ministro da Educação e Cultura — Nº 280;

Ao Ministro da Indústria e Comércio — Nº 281;

Ao Ministro do Interior — Números 278, 279 e 282;

Ao Ministro das Minas e Energia — Nº 283;

Ao Ministro do Planejamento — Nº 284;

Ao Ministro do Trabalho e Previdência Social — Nº 285;

Ao Ministro dos Transportes — Ns. 286, 287 e 288.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está finda a matéria do Expediente.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, um dos assuntos mais comentados ultimamente, de responsabilidade do Governo e dos homens públicos principalmente, é o do desenvolvimento deste País, no que diz respeito ao setor econômico.

O Sr. Presidente da República tem reiteradamente manifestado esse desejo, e seus Ministros ligados ao problema econômico, têm também abordado o tema freqüentemente.

Ainda em Punta Del Este Sua Excelência o Senhor Presidente da República, conjuntamente com os demais Chefes de Estado latino-americanos trataram desse importante problema. É ele a base fundamental de todos os demais problemas e até mesmo o caminho certo para evitar o extremismo, as idéias exóticas.

Sabemos que mais de um milhão e quinhentos mil brasileiros atingem, anualmente, a idade de iniciar-se no trabalho para ganhar, honradamente, os seus sustento e o da família que vier a constituir. Justifica-se, pois, plenamente, essa preocupação.

Como fomentar, porém, o desenvolvimento? Este, o grande dilema. A solução deve existir, uma vez que outros países, em situação semelhante à nossa, conseguiram remover os obstáculos e projetar-se, com um desenvolvimento mais desejável. Assim entendemos. A solução, a nosso ver,

está principalmente no fortalecimento da iniciativa privada, das empresas de capital privado.

Não raras vezes, quando surgem dificuldades para determinadas classes da iniciativa privada, o Governo tem tomado a providência de procurar substituí-las, criando empresas estatais mantidas pelo Governo. Mas todos nós sabemos que, em regra geral, essas empresas não têm condições para trabalhar e desenvolver economicamente suas atividades. Em consequência, recebem os recursos do Tesouro Nacional, porque o Governo, por circunstâncias várias, não pode deixar que essas empresas fracassem. Recorrem, então, a suprimentos de recursos financeiros. Nessas condições, não raro, elas contribuem para o agravamento da situação, porque se tornam competidoras das de capital privado e, conseqüentemente, em condições muito favoráveis.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Atílio Fontana, eu me congratulo com o Senado ao testemunhar que, em quase todas as sessões, os membros desta Casa estão focalizando os problemas econômicos que assobram o Brasil. Realmente, é impossível tratar-se da organização sócio-econômica de um povo sem que, inicialmente, se olhe — como disse V. Exa. — o problema do desenvolvimento econômico. Há de compreender V. Exa. que, em tese, é muito fácil a execução de um programa de política de desenvolvimento, mas essa política, forçosamente, tem que se apoiar nos investimentos internos e na renda da exportação para o exterior. Essas são as bases fundamentais. Mas esse problema — teoricamente de fácil solução — na prática encontra grandes obstáculos. Sabe Vossa Exa. que o problema da economia agrícola, por exemplo, é universal: não há país no mundo que não esteja preocupado com a questão da fome, pois ela é a ameaça comum de todas as nações. Aqui entre nós, um país que tem possibilidades de expansão de sua economia agrícola com clima apropriado a todas as culturas, o que verificamos é a deficiência do poder governamental. Não é, Senador Atílio Fontana, a política de inação das atividades privadas, porque o problema não pode ficar, exclusivamente, à mercê das atividades privadas. Em primeiro lugar porque há investimentos de tal natureza que impõem, pelo menos, a ajuda do poder público à iniciativa privada. Estou de acordo com V. Exa. em se evitar o quanto possível as sociedades puramente estatais, porque são concorrentes poderosas e até, sob certos aspectos, desleais para com os investidores de iniciativa privada. Mas, digo a V. Exa. um país como o nosso, em que se verifica, pelas verbas orçamentárias, que o Ministério da Agricultura é o que possui menos recursos, que não tem atividade orgânica em cooperação com os Estados e Municípios, não pode, nunca dinamizar a produção agrícola. V. Exa. não ignora que os mercados consumidores ou os mercados em geral, de todos os centros populacionais, são sustentados, substancialmente, pelos agricultores pobres, pelos agricultores humildes. E os instrumentos de que eles se valem para sustentar as produções das cidades, os instrumentos agrícolas, são os mais rudimentares, os mais elementares possíveis. Sabe V. Exa. que, na minha região, o Nordeste, muitas vezes há falta de sementes, há falta de enxadas, instrumentos rudimentar na técnica da agricultura do País. A falta de elementos desta natureza impede que uma parcela de produção venha contribuir para o desenvolvimento da economia nacional. Sena-

for Atílio Fontana, não se pode falar em desenvolvimento, sobretudo neste ângulo da economia agrícola, sem focalizar o problema da mecanização, a que só os grandes capitalistas podem ter acesso.

Sabe V. Ex.^a quanto custa um trator, de qualquer tipo; sabe V. Ex.^a que talvez oitenta por cento dos nossos produtores agrícolas não têm condições para aquisição daquilo que é necessário para melhorar, em quantidade e qualidade, a sua produção, mas sabe mais V. Ex.^a — não sei se em seu Estado isso ocorre — que, na época do plantio, o Ministério da Agricultura, as Secretarias de Agricultura dos Estados e os Municípios são inteiramente ausentes a essa necessidade elementar dos pequenos produtores. A semente lá não chega na hora e, quando chega, é quase sempre germinativo, vendida pelo preço do mercado e até por preços mais elevados. As cultivadoras — máquinas simples, tração animal — são caríssimas e também inacessíveis ao pequeno produtor. De modo que, na época do plantio, não se encontra ajuda do Governo, do Estado, do Município. Falta tudo. Não se pode, com um Ministério deficiente de recursos técnicos, recorrer à iniciativa privada, para que organize melhor a economia agrícola deste País.

Estou solidário com V. Ex.^a com quem me congratulo, por tratar de um problema desta natureza. Permito-me aqui, apelando ao Governo, que tem despertado tantas esperanças com suas declarações, que abandonou a revolução dos quartéis, deixou o problema militar, o problema político, e agora dos partidos faz a verdadeira revolução da que precisa esta Pátria, que é a revolução do desenvolvimento econômico, a revolução da grandeza material do País. Assim poderemos, através de investimentos internos e da exportação de nossos produtos, enriquecer esta Pátria, que tanto precisa do esforço de todos nós.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Muito obrigado pelo apoio nobre Senador Agostinho da Figueiredo, que abordou vários aspectos que realmente o Governo precisa ter em conta, para contribuir no desenvolvimento econômico do País.

Não somos absolutamente contrários a que o Governo tenha a responsabilidade de desenvolver certos setores, o de energia elétrica, de siderurgia, estradas e tantos outros que não podem ser confiados à iniciativa privada, principalmente na fonte de produção.

Ainda recentemente, para citar apenas um caso, o Governo encampou matoqueiros e frigoríficos e o resultado, se fosse publicado, certamente seria de molde a desaconselhar essa iniciativa.

Da mesma forma entendo que outros setores em que já existem empresas de capital privado, o Governo não deveria intervir, nelas não deveria concorrer. Do contrário continuará essa crise que atravessamos, de crises em dificuldades em todos os setores, quer no agropecuário quer no industrial, setores estes que devem ser tratados com todo carinho para que se desenvolvam harmonicamente.

A verdade, porém, é que o problema não é recente. Neste último decênio, tem de arrastando e se agravando. O capital-de-giro das empresas praticamente desapareceu e, em consequência, essas empresas de capital privado recorrem a juros elevadíssimos. E aquelas que abusaram um pouco do crédito não raro agravaram mais sua situação, e algumas até desapareceram. De sorte que a situação, em lugar de melhorar, agravou-se. É preciso, pois, que o Governo encontre a solução para fortalecer a iniciativa privada, a fim de que ela não

tenha de sucumbir, recorrendo a juros de bancos e de agências de financiamento, que cobram juros elevadíssimos e que só servem para atenuar a situação momentaneamente difícil de empresas. Contudo mais tarde essas firmas se encontrarão em maiores dificuldades para resolver seus problemas. Portanto, é necessário que o Governo proporcione condições para que as empresas de capital privado possam formar seu capital-de-giro, possam enfim crescer, desenvolver-se para dar mercado de trabalho a esta legião que anualmente precisa de encontrar onde prestar a sua colaboração.

Um jovem, quando atinge a idade em que deve iniciar-se no trabalho, se não encontra amparo, se não encontra colocação, acaba aceitando muitas vezes aquelas idéias, exóticas que não conduzem a bom termo, e com isto estamos enfraquecendo o próprio regime democrático.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio — Estou ouvindo o discurso de V. Ex.^a. Realmente, a situação do País é de crise. Aliás, essa crise não é somente no Brasil. A Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos têm crises, mas, logo que se iniciam, várias medidas são adotadas. A Inglaterra e os Estados Unidos baixaram os seus juros para 4,5% ao ano, enquanto que a Alemanha baixou para 5%. O Governo está sempre atento às necessidades da indústria, comércio e lavoura, toma providências imediatas para atenuar a situação da crise. No Brasil temos feito o contrário; a medida que a crise aumenta os juros aumentam. Enquanto a agiotagem, principalmente nas grandes cidades onde estão os grandes Bancos, leva vantagens, enquanto os especuladores e agiotas tiverem o grande recurso de sangrar, quem produz esta Nação nunca poderá levantar-se. É um absurdo que se opera sob as vistas do Governo: quem trabalha em situação miserável torna-se incapaz de produzir. Temos notado que além desses juros, as instruções 276 e 259 dão maiores vantagens às empresas de fora, que podem receber recursos do exterior, a juros garatos. Muito poucas firmas brasileiras têm condições ficando, assim, em desvantagem na competição com as firmas de fora. Um outro fato: V. Ex.^a falou sobre a indústria estatal, a Siderúrgica Nacional, glória do nosso empreendimento estatal e a Petrobrás. Estas empresas não são privilegiadas, pois pagam 2,7 e 2,9% de juros ao Banco do Brasil — O mesmo que pagamos. Assim, só há uma solução, criar recursos, criar capital de giro, de modo a que as empresas que lutam neste país não fiquem em condições de sucumbir como está acontecendo com centenas de firmas que pedem concordadas por não terem condições de conquistar mercado para os seus produtos. V. Ex.^a faz muito bem em chamar a atenção do Governo para esses detalhes, pois as firmas brasileiras nunca sobreviverão pagando juros que chegam a 12 e 13%, quando lá fora os juros são de 4,5 e 5% ou, então, ninguém poderá produzir neste país.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Muito grato pela contribuição Senador José Ermírio. V. Ex.^a aborda com conhecimento deste tão importante problema que é o financiamento e de juros extorsivos.

Na verdade, verificamos que, enquanto as empresas de produção encontram toda sorte de dificuldade para se expandir ou mesmo para se manter a rede bancária e agências de financiamento prosperam de maneira extraordinária. Somente no nosso

país vemos agências de Bancos em quase todas as ruas dos grandes centros urbanos. Há bancos que têm dezenas e dezenas de agências numa mesma cidade, com instalações confortáveis e luxuosas.

O Sr. José Ermírio — Muito bem!

O SR. ATÍLIO FONTANA — Enquanto assistimos a esta prosperidade, sentimos e sofremos.

O meu objetivo é chamar a atenção do Governo para que crie condições no sentido de que a iniciativa privada tenha um melhor tratamento, possa formar o seu capital de giro. Os próprios bancos oficiais do Governo exigem, aqueles que recorrem ao crédito, condições quase insuperáveis ao ponto de se encontrarem as empresas em situação mais ou menos sólida e com alguns recursos forçadas a recusar o crédito dos próprios bancos oficiais porque, do contrário, correm o risco de sucumbir, como ocorreu a tantas outras.

Sabemos que o Governo está empenhado em reduzir a taxa de juros, o que tem declarado, reiteradamente, o Sr. Presidente da República, o Senhor Ministro da Fazenda, o Sr. Ministro do Planejamento. Entretanto, boa vontade só não basta. É preciso ação e a esta ação desejamos trazer a modestíssima colaboração de quem vem enfrentando, há muitos anos o problema.

Da sorte que sentimos que o ponto alto é o fortalecimento da iniciativa privada para que ela se expanda. O Governo que fiscaliza, que assiste e arrecada os tributos que essas empresas privadas devem pagar, mas que não entre na competição permitindo que os bancos oficiais mantenham as taxas de juros tão elevadas.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, por exemplo, além da taxa de juros elevada e das despesas que o mutuário tem de enfrentar, ainda exige participação nos resultados das empresas. E não se preocupa em que, muitas vezes, o resultado de uma empresa é um resultado inflacionário, que virá cobrir a desvalorização do capital de giro.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, em seus contratos, tem ainda essa cláusula, de que participará no resultado da empresa, à medida da proporção do capital emprestado.

Esses fenômenos, em lugar de trazer um estímulo, o fomento à iniciativa de capital privada, cria situação de dificuldades impedindo qualquer expansão. E não havendo expansão não pode haver, tão pouco, melhoria do padrão de vida do povo brasileiro.

Não raro, um pai de família tem filhos que poderiam prestar serviços, que poderiam perceber salários, mas que não encontrando emprego vivem às expensas da família. E se os recursos dessa família não são suficientes, obriga-se a família, a reduzir o seu padrão de vida. Com isso a juventude, principalmente, não se conforma. E, não se conformando, corre o risco de se desencaminhar.

O Sr. José Ermírio — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com muito prazer!

O Sr. José Ermírio — Uma das medidas urgentíssimas que o governo tem de tomar é verificar quais as cidades que têm Bancos em excesso. Há algumas com quarenta Bancos, com filiais luxuosas, cujo dispêndio obriga a elevar o custo do dinheiro para poderem emprestar. Talvez uma cidade com quarenta Bancos pudesse ter o mesmo desenvolvimento de outra com apenas vinte. Digo isso porque, em Portugal, um dos maiores Bancos do País possui apenas 2 agências e tem depósitos muito

maiores do que o maior Banco do Brasil, que tem 320 agências!

O SR. ATÍLIO FONTANA — Mais um depoimento valioso, em apoio às nossas observações. Verificamos, também, em outros países — como dizíamos — que não há essa quantidade de agências em todas as cidades. Existe uma determinada zona bancária, onde todos vão operar movimentos bancários.

Aqui no Brasil, não. As agências bancárias são muito bem instaladas. Em Brasília, por exemplo, cidade com uma população de aproximadamente cento e cinquenta mil habitantes, há agências bancárias muito modernas e espaçadas, ao passo que muitos dos nossos homens de negócios labutam muitas vezes em espaços reduzidíssimos. É o que queremos observar. Isso não quer dizer que sejamos contra os bancos. Absolutamente. Nenhum país democrático pode prescindir da colaboração das casas de crédito, mas estas devem contribuir para a expansão e para o desenvolvimento. Que não existam apenas com a finalidade de facilmente receber e manejar o dinheiro do povo — que pouco recebe em remuneração pelo seu depósito —, que é empregado, reconhecemos, em condições excepcionais. Como disse há pouco o nobre Senador José Ermírio enquanto que ao depositante são pagos juros de 4,5% ao ano, não é raro operações de casas de crédito emprestando de 4,5% a 5% ao mês — e quando são os agiotas que emprestam o dinheiro fala-se em muito mais do que isso.

A nossa preocupação, o desejo que todos sentimos não é outro que o de contribuir para que o país alcance uma fase de desenvolvimento e de progresso.

Sentimos, assim, essa necessidade de trazer ao debate desta Casa o importante problema e, quanto possível, indicar a solução que nos parece razoavelmente adequada: que o Governo permita que a iniciativa de capital privado possa consolidar e melhorar a sua situação econômica, porque ela tratará do desenvolvimento, proporcionará trabalho a aqueles que desejam trabalhar e, consequentemente, evitará que idéias mal orientadas criem maiores problemas para o nosso País e para o nosso regime democrático. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, é um truismo a afirmação de que o nosso País está em crise: crise econômica, crise financeira, crise, para alguns, doulos, institucional. A pecuária em crise, a agricultura em crise, a indústria têxtil em profunda crise, que ameaça as suas alicerces e pode causar até mesmo a sua destruição, levando ao desemprego cerca de 350.000 trabalhadores, o que pode significar 350.000 famílias.

Há crises que são também fabricadas. Fala-se na crise estudantil. E se não tem havido solução para aquelas primeiras, encontramos uma para a última, num erro grosso, num erro primar.

Tenta-se debater a denominada crise estudantil brasileira pela violência pela força, pela brutalidade. E esta maneira de se proceder em face da nossa juventude é uma das características dos povos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Sr. Presidente, fala-se que neste País, que tem uma Constituição que, para os adeptos do Governo, é democrática, não se pode permitir a ma-

manifestação da vontade do povo mesmo em reuniões pacíficas e pacificamente manifestadas. Mas o direito de reunião, mesmo na Constituição de 1967, é uma das prerrogativas do homem e do cidadão brasileiro.

Os estudantes na Universidade de Brasília portavam armas? Os estudantes impediram pela força que o Embaixador norte-americano falasse, entregando aqueles quatro mil volumes que, segundo se afirma, substanciavam a palavra do Presidente Kennedy, cuja ausência do mundo dos vivos continua sendo lamentada?

Estenderam uma faixa na qual havia um apelo para que os norte-americanos saíssem do Vietnã. O Embaixador norte-americano que ali se encontrava contemplou os estudantes e, talvez lembrando-se de sua época de universitário, achou muito justo que, assim como na sua terra, muitos estudantes protestam e pedem a retirada de seus patrícios do Vietnã, no Brasil o mesmo poderia acontecer e o fato seria considerado normal.

Os próprios estudantes declararam, em documento público, que só depois da saída do Embaixador Norte-Americano daquele recinto da Universidade de Brasília, é que a pancadaria principiou.

Que atestado de subdesenvolvimento! Que tristeza para os homens de cultura e de pensamento, deste País! Que vergonha!

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Aurélio Vianna, V. Ex.^a de certo não estará falando em seu nome pessoal, mas em nome do M.D.B. que por todos os seus membros, também se manifesta solidário com V. Ex.^a — pelo menos eu — com a atitude que o nobre Colega assume ao comentar, com serenidade e exatidão, os acontecimentos que tanto abalaram e tanto intranquilizaram nossas famílias, em Brasília. Ainda ontem fui procurado por uma comissão de senhoritas universitárias, para assinar um manifesto de protesto e de solidariedade aos estudantes. E o fiz. Assinei-o como cidadão e hoje, como parlamentar, venho trazer minha solidariedade às palavras de V. Ex.^a, que devem envolver nosso Partido, dado o alto sentido em que V. Ex.^a coloca a questão.

Senador Aurélio Vianna, entendemos que em todas as atividades sociais nunca deixou de haver, e sempre há, infiltração de elementos esquerdistas. Sabe V. Ex.^a, que sou um dos que mais têm horror ao elemento comunista, exatamente porque é parte de uma organização social e política que neva a liberdade. E o homem não pode viver sem liberdade. Num país democrático, quando surgem acontecimentos meio-selvagens ou selvagens como o que V. Ex.^a analisa, naturalmente há repugnância maior, porque a liberdade também é ferida. Sabe V. Ex.^a que em todas as nações cultas do mundo há um zelo, há um amor, há um cuidado especial das autoridades públicas pela mocidade, há um sentimento de solidariedade inato, há um sentimento de admiração, pelos moços de toda parte. Nunca é demais repetir que a nossa mocidade é o Brasil de amanhã, é o Brasil fortalecido o Brasil renovado. E essa mocidade que se impluma para os grandes vóos do futuro. Tratar a mocidade com a barbaria que me contaram, barbaria de que temos conhecimento pela imprensa e pelos elementos que estiveram envolvidos, é fato horripilante. Porque, como assinalou V. Ex.^a, já se havia retirado de lá o Embaixador americano, que foi à Universidade de

Brasília doar quatro mil livros ofertados pelo imortal Presidente Kennedy. O momento era, em verdade, inoportuno para uma manifestação de desagrado aos americanos, à política americana ou a Guerra do Vietnã. Mas o excesso da mocidade sempre se tolerou, e por maior que fosse o crime daquela gente jamais poderia justificar que a polícia invadisse o local, aguardasse a saída do Embaixador norte-americano para dar início à pancadaria. As autoridades tinham o dever de garantir a mocidade. Não sou partidário da liberdade sem disciplina. Liberdade sem disciplina é anarquia. Mas quando se trata de mocidade é preciso que os poderes públicos tenham cautela maior, cuidado maior, e forcem as autoridades encarregadas da manutenção da ordem a tomar uma atitude coidada com o nível de nossa civilização. Aceite V. Ex.^a esta intervenção. Exprimi minha solidariedade às palavras de V. Ex.^a, e, ao mesmo tempo, estou certo de que o Governo atual, com tão poucos dias em exercício e já havendo despertado tantas esperanças neste país, para uma vida política e administrativa de ordem, paz e progresso, acredita que tomará as necessárias providências no sentido de dar à mocidade horizontes largos para que ela possa, na verdade, expandir as asas sempre no destino da liberdade, do amor à Pátria, do interesse público, da tranquilidade social.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Agradeço, Sr. Presidente, a manifestação do Senador Argemiro de Figueiredo. S. Ex.^a é conhecido em todo o Congresso como homem de convicções profundas. É um anticomunista por convicção. Não encobre esse seu pensamento, essa sua atitude; nunca encobriu. Mas é um liberal-democrata por excelência. E é em nome das liberdades humanas, dos direitos à manifestação do pensamento, através do método pacífico, que ele se rebelou e apóia a estudantada ferida, servida de modo reprovável, inaceitável por aqueles que deveriam ser os mantenedores da ordem e os garantidores daqueles direitos inerentes à própria vida.

Uma pessoa da minha família, no exterior, assistia à manifestação de uma parte do povo contra o governo daquele país onde se encontrava. Os manifestantes percorriam as ruas clamando contra a política do seu Governo e, a certa distância, diversos policiais acompanhavam os manifestantes. Então essa pessoa perguntou a um habitante daquele país, seu amigo:

“Por que esses policiais estão ali?”
“Estão ali para garantirem aquela minoria, que poderá ser atacada pela maioria, que não concorda com a sua atitude política, de repúdio ao pensamento governamental.”

Eu dizia comigo: ali há um país democrático. A manifestação é pacífica? Que seja feita!

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite o nobre orador outro aparte? (Assentimento) — O relato que V. Ex.^a faz é o mesmo de que os jornais dão notícia. Se não estou enganado, a revista “Manchete”, no último número, publica as manifestações dos estudantes americanos — a própria América do Norte dá o exemplo, americanos que não aprovam o Governo na guerra do Vietnã. Os policiais acompanharam os estudantes partidários da cessação da guerra. Isto é, contrário à política do governo.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite o nobre orador um aparte? (Assentimento do orador) — Gostei quando V. Ex.^a definiu o Senador Argemiro de Figueiredo como anticomunista por convicção. Quero estar,

também, na mesma classificação, o que me dá ainda maior autoridade para me expressar de acordo com V. Ex.^a, quando afirma que as violências exercidas na Universidade de Brasília foram absolutamente injustificáveis. Além disso, trazem, para o Brasil, país que deseja ser país de cultura, uma profunda tristeza. Em toda parte do mundo, essa manifestação ocorre. A polícia é, no entanto, mais ou menos, a fiadora da ordem pública, podendo exercer, aqui e ali, alguns excessos mas não como o fez na Universidade de Brasília. O que lá ocorreu é verdadeiramente, repito, — injustificável e só nos pode encher de tristeza e vergonha.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Juntamos às nossas palavras as tantas que estão surgindo, de todos os Senadores, sem caráter político-partidário. Não é o M. D. B. que protesta, é a consciência democrática do País.

Nós, que temos filhos, estamos ameaçados quando eles não se podem manifestar, pacificamente, na defesa dos seus princípios, das suas idéias, da sua ideologia.

Não estamos aqui debaterando, gritando; estamos marcando posição e dando um grito de alerta, porque é o próprio Governo, que prometeu garantias, que está ameaçado pela descrença do povo. Porque se nota, num dado momento, uma esperança; a confiança como que voltando depressa. E o espetáculo que aconteceu em Brasília, na Capital da República, teve repercussão nacional e, até, internacional. Pergunta-se, então: foi uma imprudência ou foi uma provocação organizada com que fim, para quê?

O Sr. Petrólio Portela — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Tenho a impressão de que devemos considerar o fato circunscrito à área da polícia. Não posso entender de outra forma. Não foram os estudantes que se levantaram contra o Governo; foram os estudantes, sim, que, em sintonia, em verdade, com a opinião democrática de todo o mundo, se levantaram contra a guerra do Vietnã, e aproveitaram a oportunidade da presença do Sr. Embaixador dos Estados Unidos para dizer do pensamento da mocidade brasileira. Quero, pois, nesta oportunidade em que, não podendo proclamar filhos nessa idade, como V. Ex.^a, que já tem filhos acadêmicos, mas sentido, ainda, o cheiro da universidade — não faz muito, dela saí — dizer que estou inteiramente solidário com os estudantes. Espero em Deus que a polícia seja colocada no seu devido lugar para que a mocidade se possa pronunciar e dizer que deseja ser livre, deseja ajudá-los a construir um Brasil melhor.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Gostei, nobre Senador Petrólio Portela, de uma expressão que V. Ex.^a usou e que não é pronunciada muitas vezes por quem quer que seja: os estudantes, como povo, estão contra, na verdade, a guerra no Vietnã. Esta expressão é perfeita. Estão contra aquele conflito que se prenuncia periculosíssimo para os destinos da humanidade.

O próprio Chefe da Igreja Católica, o próprio Secretário Geral das Nações Unidas U. Thant, acabam de dizer que, se não for contido, imediatamente, o conflito terá proporções internacionais — ameaça à paz universal e à própria sobrevivência do gênero humano.

Já se foi aquele tempo das guerras localizadas, restritas a uma porção determinada do globo terráqueo. Um conflito em que uma grande potência ou grandes potências intervêm, tende sempre a se generalizar.

Há um anseio do povo — eu não digo dos dirigentes da Nação, eu não

digo dos monopólios — há um anseio do povo pela paz entre os homens. Paz na terra e boa-vontade para com os homens, essência do Cristianismo, foram palavras com que o Cristo iniciou a sua grande pregação no mundo.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Convém que se atente ainda para a circunstância de que, contra a guerra do Vietnã, levantam-se, nos Estados Unidos, todos os cidadãos, inclusive os estudantes, pretos e brancos, com faixas e vozes de protesto, respeitados pela polícia e pelo Governo dos Estados Unidos da América. No caso presente, dos estudantes de Brasília, há, entretanto, uma circunstância agravante: é a segunda vez que, sob a direção do atual Reitor, a Universidade é gravemente perturbada no seu funcionamento. Há dois anos, aproximadamente, depois de repetidas alterações e violências na Universidade, e com protestos no Congresso, e dentro do Congresso, nesta Casa, a Universidade perdeu cerca de duzentos professores. Creio que não há exemplo no mundo de uma instituição de cultura, particularmente de uma universidade, que possa recomendar-se por fatos desta natureza. Agora, não são os professores que sofrem a violência direta do Reitor, são os estudantes que sofrem a violência inqualificável da Polícia, convocada para o meio universitário pelo Reitor.

O SR. AURÉLIO VIANNA — E' outro aparte positivo, concreto, que esta Casa acaba de ouvir. As vezes, tem-se mesmo a impressão de que há uma força organizada, tentando incompatibilizar, no início do seu Governo, o Marechal-Presidente com o povo, particularmente com a estudantada. Porque a atitude de violência é tão inqualificável, negando a posição pública do Chefe do Governo, que, às vezes, se chega a aceitar como verdadeira a tese que alguns defendem. E, situando a questão, porque não defendo, exponho. E sou daqueles que esperam providências imediatas, para que não se crie uma corrente de violências, cujo elo primeiro está em Brasília e que se estende pelos demais Estados da Federação brasileira.

Sr. Presidente, os democratas do Brasil e do mundo inteiro não aceitam a intervenção, por exemplo, da China comunista no Vietnã ou em qualquer outro País que, por ventura, seja vítima dessa intervenção, como não aceita a intervenção da maior potência econômica e bélica do denominado mundo ocidental em qualquer País, por menor que ele seja. E quem defendeu com maestria, com coragem cívica, com aquela cultura que os transformou num cidadão do mundo, esse princípio do direito à autonomia dos pequenos Estados. Foi o nosso Ruy, projetando o Brasil, numa época em que era totalmente, ou quase totalmente ignorado. Porque somos democratas, não desejamos a implantação de qualquer tipo de ditadura — digo e repito — de qualquer tipo de ditadura no nosso País, competindo a cada povo decidir sobre esta questão conforme lhe convém. Porque muitos que condenam a ditadura da esquerda silenciam quando se trata da ditadura da direita. Não faço opção, porque não tenho opção a fazer, o meu campo é democrático, sempre foi.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a nova intervenção?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Mas no campo democrático em que todos nos situamos, ainda que com linhas ideológicas diferentes, onde as autoridades universitárias são acatadas, vale dizer, onde elas exercem a disciplina consentida, polícia não interfere, nem intervêm.

O SR. AURELIO VIANNA — Claro, é a autonomia das Universidades! Porque, quando falece esse direito nas Universidades, que representam elas o grande motivo cultural de qualquer povo, democracia de direito, pode existir; de fato, não. No papel, pode existir, nas consciências, existe. Mas com a cláusula de impedimento, onde quando, em que tempo?

Há quem julgue que o que aconteceu em Brasília não deveria merecer a consideração dos homens de pensamento, dos políticos deste País. Deve, sim, porque é sintoma, nós estamos em perplexidade, diante de um fato que nos impressionou porque há uma cadeia de notícia que se forma e não há explicações que satisficam.

Sr. Presidente, um Governo mantém a sua política interna com a sua política externa, política interior com a política exterior, quando goza do apoio do povo. A força pode prestigiar o povo no apoio que dá a uma política exterior; mas não há força que leve um povo a apoiar uma política que o povo não aceita, condena. Ao invés de se criar um ambiente que gere simpatia, cria-se um ambiente que gera antipatia cada vez mais profunda. Não entendo; não compreendo e ninguém compreende essa política.

Sr. Presidente, partidário da força do direito, e não do direito da força, quero unir a minha voz às de quantos vêm protestando contra as violências que se perpetraram em Brasília, na nossa Universidade. Como acaba de dizer o Senador Josaphat Marinho, perdemos, de uma feita, duzentos mestres. Será que todos eram corruptos, corrompendo a nossa juventude? Será que todos eram comunistas notórios, fichados, conhecidos? Então, confessa-se assim perante o mundo que os homens de Cultura deste País são contrários à democracia? Que argumento iliputiano para defesa de uma tese! E, enquanto sob a direção de um reitor que não tem sensibilidade política para compreender o momento que vive este País, perdemos só de uma vez duzentos professores, aqueles países, inclusive os que estão em guerra, que mantêm a máquina militar poderosíssima, como os Estados Unidos, acolhem muitos desses professores, lhes dão amparo, facilitam empregos polpidos e — parece-me — até dão graças aos céus pela expulsão da cultura brasileira que vai opulentar e desenvolver a sua própria cultura. E' um sinal dos tempos, é algo de incompreensível a fuga dos técnicos para os grandes países, por perseguição política, por perseguição ideológica, para aqueles grandes países que de armas na mão batalham e defendem os seus princípios contra a denominada por eles agressão comunista e ameaça de implantação deste sistema no mundo inteiro.

E' um paradoxo, é uma contradição que merece ser analisada, que merece ser estudada.

Pensa-se às vezes que certas crises são provocadas justamente pelas grandes potências que desejam que o resto do mundo continue subdesenvolvido, fornecedor de matérias primas e consumidor de matérias elaboradas nestes outros grandes países.

Porque, quando um País perde técnicos, perde know-how, quando um país perde cultura, este País não pode, não tem meios de se libertar, economicamente e socialmente, porque as

raízes do progresso foram arrancadas, foram estirpadas. E' o que está acontecendo com os países da América Latina.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Exa. falia nos países que acolhem os técnicos, os homens de valor de outros países que, por questões ideológicas, deixaram sua pátria. Celso Furtado, economista brasileiro, paraibano, está ensinando nos Estados Unidos. Nada lhe ocorreu. Os acontecimentos do dia do aniversário de Brasília representaram um atraso na história da nossa Capital. E, como bem disse o Senador Josaphat Marinho, os estudantes dos Estados Unidos — Los Angeles e Chicago, se não me falha a memória — fizeram, em Nova York, manifestações contra a guerra do Vietnã. Não seria demais que aqui o fizessem.

O SR. AURELIO VIANNA — Vossa Excelência tem plena razão na exposição que acaba de fazer. Que os estudantes brasileiros tenham precauções!

Foi escrito num momento de grande dificuldade para o cristianismo nascente: "Tende a produção das serpentes e a simplicidade das pomboas". Eu não entendia isto. Quem estudava a vida dos pombos-correios verificava a simplicidade, a coragem, a habilidade em vencer os obstáculos, a sabedoria em levar uma mensagem. E as aves de rapina a surgir, para atacá-los. Vi um filme em que se demonstrava a fidelidade, a coragem na luta para levar uma mensagem até o ponto almejado. A simplicidade, a sabedoria, a coragem com sabedoria dos pombos! E a prudência das serpentes, isto é, a astúcia delas!

A impressão que tem é que houve uma provocação adrede preparada, apresentando-se o estudante como provocador quando, na realidade, ninguém provoca em reuniões pacíficas quando se realizam daquela maneira.

Repito, para depois do aparte que me solicita o Senador José Ermírio, terminar esta exposição: Protesto! O Embaixador ali se encontrava. Ouviu a manifestação e contemplou a manifestação dos estudantes. Fez o discurso — e disseram até que em português — terminou a sua exposição. A faixa tinha sido posta quando ele ali se encontrava. Não deu nenhuma demonstração de protesto. Retirou-se e no momento em que ele saía daquele recinto, as portas são fechadas. Um amigo meu assistiu o fato e contou-me à noite. As portas foram fechadas e, com aquele cassete enorme — de madeira — aqueles homens, treinados para isto, avançaram sobre a juventude, bateram indistintamente. Esse moço me contou o que havia contemplado e o fez horrorizado: quando o cassete bateu na cabeça um dos olhos do rapaz saiu da órbita, cu quase. Ele diz que saiu.

Eu fui ao Hospital Distrital. Estive com o médico, que me disse que estavam fazendo tudo para salvar a visão daquele rapaz, o olho que está quase perdido. Na minha casa, naquele momento em que o moço fazia o relatório do que havia presenciado, encontravam-se dois norte-americanos, um casal que passou 32 anos no Brasil e que estava há cerca de 20 na América. Voltava para visitar a nossa Pátria e diziam-me os dois, o casal: "nós aqui estamos para visitar a Pátria onde nasceram nossos filhos e voltamos para morrer, mas não queríamos morrer sem antes visitarmos, novamente, este País maravilhoso".

Aquêle casal sentiu uma reação inqualificável: mas é assim que se trata a mocidade? Então não se vai conquistar a mocidade: o que se vai é perdê-la.

O Sr. José Ermírio — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. José Ermírio — A Universidade de Brasília devia conhecer os verdadeiros sentimentos democráticos. O Presidente Franklin Delano Roosevelt, ao receber o Governo, em 1933, dentro da maior crise na nação americana, discursava em todas as regiões dos Estados Unidos dizendo o seguinte: "A verdadeira democracia é aquela que permite ao povo falar, pensar e exprimir seu pensamento livremente". E a razão dessa grande dificuldade, desse grande pesar dos americanos contra a guerra do Vietnã persiste desde o que aconteceu há 13 anos atrás, quando os franceses foram liquidados na região de Dien Bien Phu. O culpado foi o atual Presidente da República, então Presidente do Senado, que, num discurso violento, cortou definitivamente as possibilidades de ajuda aos franceses. E hoje 13 anos depois, os americanos sozinhos aguentam a situação em condições muito piores do que as que enfrentaram os franceses naquele tempo.

O SR. AURELIO VIANNA — Senhor Presidente, com essas manifestações dos quadrantes políticos do Brasil, através da palavra dos representantes do MDB e da ARENA, desejamos sinceramente que o Chefe do Governo tome providências imediatas para que esses fatos desdolrosos não se reproduzam no nosso país.

Não entramos no mérito. Defendemos o direito de reunião, da livre manifestação do pensamento pela palavra falada, escrita e televisionada, dentro dos cânones constitucionais e democráticos, e protestamos com veemência contra a brutalidade, contra a estupidez, contra a violência contra o direito da força. E o fazemos porque somos democratas!! (Muito bem. Muito bem).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Milton Trindade
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Wilson Gonçalves
Ney Braga

O SR. PRESIDENTE

(Guido Mondin) — O Sr. Senador José Ermírio encaminhou à Mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 1967

Altera o dia comemorativo de Ação de Graças.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Dia Nacional de Ação de Graças passará a ser comemorado a 26 de abril, data em que foi celebrada a primeira Missa no Brasil.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Atualmente o nosso Dia Nacional de Ação de Graças é comemorado em data instituída pelos nossos irmãos estadunidenses, escolhida por Abraão Lincoln para rememorar a chegada dos Peregrinos em Plymouth, Massachusetts, U.S.A.

Dentro da tradição norte-americana o dia escolhido constitui ato de civismo e religiosidade. Ocorre, todavia, que o Brasil tem, também, a sua História, rica de eventos inspiradores e nada mais justo que se recolha em seu relicário o dia para aquela Santa evocação.

O presente projeto lembra 26 de abril, data em que Frei Henrique de Coimbra celebrou a Primeira Missa no Ilhéu da Coroa Vermelha. Plantou-se, naquele dia, em solo brasileiro a cruzada fé. Essa deve ser, a nossa data do "Dia Nacional de Ação de Graças".

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1967. — Senador José Ermírio de Moraes.

LEGISLAÇÃO REFERENTE AO PRESENTE PROJETO

1º Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, que instituiu o "Dia Nacional de Ação de Graças".

2º Decreto nº 57.298 de 19 de novembro de 1965 que a regulamentou, publicado no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 1965 que diz:

O Presidente da República no uso das suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º O Dia Nacional de Ação de Graças, instituído pela Lei 781, de 17 de agosto de 1949, será comemorado, em todo o país, na última quinta-feira de novembro de cada ano.

Art. 2º

Art. 7º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1965: 140ª da Independência e 77ª da República.

H. Castelo Branco — Juracy Magalhães — Paulo Bósio — Arthur da Costa e Silva — Vasco da Cunha — Flávio Lacerda — Eduardo Gomes.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

Pego a palavra, Sr. Presidente, para justificar o projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, esta lei foi criada pelo Decreto nº 57.298, de 19 de novembro de 1965. — Os Estados Unidos adotaram a quarta quinta-feira de novembro e, nós a última quinta-feira desse mês, o que significa a mesma coisa.

A razão deste meu projeto é que o dia de ação de graças foi criado pelo Governador Bradford de Plymouth, na colônia da Nova Inglaterra, no ano de 1621. Não é um dia universal, como dizem alguns; basta examinar que o "dia do trabalho", aqui comemorado a 1º de maio, e que é universal, nos Estados Unidos não o é "Dia de Ação de Graças", nos Estados da América, é a primeira segunda-feira de setembro.

Por essas razões, Sr. Presidente, sugiro que o dia em que foi plantada a primeira cruz no Brasil e em que Frei Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa no Ilhéu da Coroa Vermelha, seja o verdadeira "Dia de Ação de Graças" para o nosso País.

Não podemos trazer para a nossa Pátria fatos que realmente foram de grande valor para outras.

Estas as razões, Senhores Senadores, pelas quais ofereço à consideração do Senado projeto de lei no sentido de que o Brasil também tenha o seu "Dia de Ação de Graças" baseado nos reais fatos de sua emancipação política e econômica.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto de lei, que acaba de ser justificado pelo Sr. Senador José Brimic, vai à publicação e, em seguida, será submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesma comunicação que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

Em 24 de abril de 1967

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País durante os poucos dias, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar de reunião do Parlamento Latino-Americano, em Montevideu.

Atenciosas saudações — *Josephat Marinho.*

Em 24 de abril de 1967

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me distinguirá o Senado participar da II Reunião do Parlamento Latino-Americano, a realizar-se proximo em Montevideu.

Atenciosas saudações — *Argemiro de Figueiredo.*

Em 24 de abril de 1967

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País durante cerca de vinte dias, a partir de 25 do corrente mês, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar de reuniões do Parlamento Latino-Americano, que se verificarão em Montevideu.

Atenciosas saudações — *Senador Wilson Gonçalves.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Do Senador Wilson Gonçalves há, ainda, outra comunicação que vai ser lida

E' lida a seguinte:

Em 24 de abril de 1967

Senhor Presidente

Na forma regulamentar, comunico a Vossa Excelência que, transmiti nesta data, ao Senador Antonio Carlos, o exercício da Haverança da Arma desta Casa.

Atenciosas saudações. — *Senador Wilson Gonçalves.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — As comunicações que acabam de ser lidas vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está terminado o período destinado ao expediente.

Passa-se a

ORDEN DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 233, de 1967), do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1967 (nº 529-A-63, na Casa de origem), que abre ao Tribunal Eleitoral do Ceará o crédito especial de NCr\$ 22,97 (vinte e dois cruzeiros novos e noventa e sete centavos), destinado a atender ao pagamento de despesas com o tratamento médico e hospitalar do Juiz da 7ª Zona Eleitoral do Ceará.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo pedidos nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votação e a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à sanção.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 236, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1967 (nº 529-A-63, na Casa de origem).

Relator: Sr. Lobão da Silveira

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1967 (nº 529-A-63, na Casa de origem), que abre ao Tribunal Eleitoral do Ceará o crédito especial de NCr\$ 22,97 (vinte e dois cruzeiros novos e noventa e sete centavos), destinado a atender ao pagamento de despesas com o tratamento médico e hospitalar do Juiz da 7ª Zona Eleitoral do Ceará.

Sala das Sessões em 19 de abril de 1967. — José Leite, Presidente. — Lobão da Silveira, Relator. — João Abrahão.

ANEXO AO PARECER Nº 236-67

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1967 (nº 529-A-63, na Casa de origem), que abre ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, o crédito especial de NCr\$ 22,97 (vinte e dois cruzeiros novos e noventa e sete centavos), destinado a atender ao pagamento de despesas com o tratamento médico e hospitalar do Juiz da 7ª Zona Eleitoral do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aberto, ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, o crédito

especial de NCr\$ 22,97 (vinte e dois cruzeiros novos e noventa e sete centavos), destinado a atender ao pagamento de despesas com o tratamento médico e hospitalar do Bacharel Celso Dantas Bacceller, Juiz da 7ª Zona Eleitoral — Párcoti, negação Estada.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 2:

Discussão, em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1966, de autoria do Senador Senador Guido Montin, que altera a redação dos artigos 21 e 23 da Lei nº 3.137, de 13 de maio de 1957, que cria o Instituto Brasileiro do Sal e Instituto Nacional do Sal, dando-lhe nova organização, tendo: Paracares (ns. 870, 871 e 872, de 1966); — da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; — da Comissão de Indústria e Comércio: 1º — pela audiência do Ministério da Indústria e do Comércio e do Instituto do Sal; 2º — (depois do pronunciamento do Ministério da Indústria e Comércio), pela sobrestação do projeto, a fim de que o seu estudo final se processe em conjunto com o relativo a mesma espécie, a ser encaminhado pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em segundo parecer, proferido em 19 de dezembro do ano anterior, o Conselho de Indústria e Comércio propôs que o projeto fosse sobrestado, a fim de ser apreciado em conjunto com outro, que seria encaminhado ao Congresso pelo Poder Executivo.

Acontece, entretanto, que o Executivo não enviou ao Congresso o projeto que tinha em elaboração. Portanto, transformo-o em Decreto-lei, que tomou o nº 157, de 24 de fevereiro do corrente ano.

Esse decreto-lei extingue o Instituto Nacional do Sal, e cria a Comissão Executiva do Sal, que tem, entre outras, competência para promover o saneamento das áreas produtoras de sal.

O projeto passa, pois, aprovado.

A vista disso, a Presidência e o relator da Ordem do Dia, e o relator

a Comissão de Indústria e Comércio, para novo exame, em face do Decreto-lei número 257.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está agendada a matéria da Ordem do Dia. Não há oradores inscritos. (Pausa) Não mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEN DO DIA

Sessão de 25 de abril de 1967

1

Discussão preliminar (art. 155 do Regimento Interno), quanto à constitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 1965 (nº 1.039-C, de 1965, na Casa de origem), que altera a redação do art. 67 da Lei nº 3.897, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), dando parecer sob nº 160, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 1966 (nº 5.335-B-6, na Casa de origem), que concede desconto de 50% (cinquenta por cento) nas tarifas das companhias de telecomunicações e radiotelecomunicações, que operam em território brasileiro, nas transmissões de portadoras realizadas por emissoras de rádio e televisão no País ou no Exterior, tendo Pareceres, sob os números 432, 433 e 434, de 1967, das Comissões de Transportes: 1º pronunciamento — solicitando audiência do Conselho Nacional de Telecomunicações; 2º pronunciamento — contrário; de Finanças, contrário.

3

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1967, que altera a redação do art. 28 da Lei nº 4.235, de 1963, que dispõe sobre o controle da administração pública e o funcionamento de um departamento, tendo Parecer contrário, sob nº 154, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

4

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1967, de autoria do Sr. Senador Carlos Cavalcanti, que regula a execução do art. 16, § 2º, da Constituição Federal, dando Parecer favorável, sob nº 236, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, com as alterações que oferece, ns. 1-CCJ a 3-CCJ.

Está encerrada a sessão.

(Encerrada a sessão às 18 horas e 35 minutos.)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes requerimentos: de Salário-Família, na forma do artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR	Cargo	Dependente(s)	Grau de Parentesco	Início
DP-249-67	João Rocha Dias	Auxiliar de Limpeza — PL-14	Sara	Filha	Janeiro de 1967
DP-273-67	Jayme Roberto de Oliveira ...	Ascensorista — PL-15	Marisa dos Santos Oliveira e Aída	Espósa e filha	Março de 1967
DP-224-67	João Soares de Moraes	Auxiliar de Limpeza — PL-15	Therézinha Medeiros de Moraes, Joan Hudson, Mara Núbia, Mara Niva e Jadson	Espósa e filhos	Janeiro de 1967
DP-241-67	Francisco Sampaio de Carvalho	Orientador de Pesquisas Legislativas — PL-4	Gisele	Filha	Março de 1967
DP-105-67	Arthur Carvalho Calmon	Ajud. Conserv. Doc. — PL-7	Acedalia Carneiro Resende Calmon, Rita de Cássia e Maria da Penha; João Alvino	Espósa e filhos adotivo	Janeiro de 1967
DP-248-67	Waldemar Moraes de Queiroz	Servente — PL-14	Eunice Felizarda de Queiroz	Espósa	Fevereiro de 1967

De Averbação de Tempo de Serviço, na forma do art. 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR	Cargo	Repartição	Total — Dias	Observações
DP-1.229-66	Celso Nunes Ribeiro	Motorista — PL-9	Motorista — PL-9	Leg. Bras. de Assos.	Indeferido

Diretoria do Pessoal em 20 de abril de 1967. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal. — Publique-se, em 20 de abril de 1967. — Diretor-Geral.

COMISSÃO DIRETORA

TERCEIRA REUNIAO. REALIZADA EM 2 DE FEVEREIRO DE 1967

Sob a presidência do Sr. Moura Andrade, Presidente, presentes os Senhores Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente, Dinarte Mariz, 1º Secretário, Gilberto Marinho, 2º Secretário, Catete Pinheiro, 4º Secretário, Guido Mondin, 2º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Sebastião Archer, 3º Suplente e Raul Giuberti, 4º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e posta em discussão.

Atendendo a reclamação do Sr. 2º Secretário, a Comissão determina seja retificada a ata, a fim de suprir, na relação dos nomeados para Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2 e Orientador de Pesquisas Legislativas, PL-4, respectivamente, a omissão dos nomes de Fernando Oliveira Lara Resende e Carmen Salles Oliveira Arruda.

Determina, ainda, seja corrigido, na ata de 6 de janeiro último, para João Carlos Pereira o nome do Motorista, PL-10, incorretamente publicado, como José Júlio Pereira.

Em seguida a ata é aprovada.

Prosseguindo nos seus trabalhos, a Comissão nomeia, interinamente, de acordo com o art. 73, da Resolução nº 6, de 1960, Evandro Fonseca Paranaíba e, para a vaga por ele deixada, de Redator de Radiodifusão, PL-4, é nomeado, nos termos do art. 7º da Resolução nº 129, de 1965, Francisco Nogueira Saraiva.

ATAS DAS COMISSÕES

Para as vagas de Motorista, PL-10, e de Auxiliar de Limpeza, PL-15, são nomeados, respectivamente, José Leão Ferreira e Rui Gomes dos Santos, obedecendo o disposto no art. 85, alínea e, do Regimento Interno.

A seguir, são deferidos os seguintes processos de:

— licença para tratamento de saúde: DP 1347-66 de Alfredo Rodrigues Teixeira Netto, Emendador, FT-2;

— licença para tratamento de saúde, em prorrogação: DP 1077-65, DP 947-66 e DP 809-66 de Sebastião Ferreira do Nascimento, Servente de Administração, FT-8; DP 932-66 e 933-66, relativos a Dinah Martins Perácio, Auxiliar Legislativo, PL-8; DP 810-66 e 1480-66 de Oswaldo Siqueira Amazonas, Artífice, FP-8; DP 1388-66 de Alfredo Rodrigues Teixeira Netto, Emendador, FT-2, e o DP 1432-66 relativo a Hélio Francisco Rosa, Artífice, FP-8;

— licença para tratamento em pessoa da família: DP 987-66 de Ary Silva, Fotógrafo, FT-4 e DP 39-67 de Leda Fialho Diniz Martins, Oficial Legislativo, PL-6.

A Comissão Diretora defere, ainda, os seguintes processos:

— DP 1486-66 em que Amadeu Pereira da Cruz, Motorista, PL-8, solicita readaptação;

— DP 01-67 em que Rubens Pinto Duarte, Diretor, PL-1, solicita seja transformada em recesso, licença para tratamento de saúde;

— DP 02-67, em que Rubens Pinto Duarte, Diretor, PL-1, solicita seja considerado efetivo exercício no Se-

nado, para efeito de aposentadoria, os dias que decorreram entre sua exoneração da Câmara e a consequente nomeação para o Senado, visto haver realmente prestado serviço a esta Casa;

— DP 23-67, em que Maria Thereza Motta Igrejas Lopes, Oficial Legislativo, PL-6, solicita licença para acompanhar o espósa ao exterior;

— Requerimento, sem número, de Rosa Angélica Berger Vargas Carnide, Oficial Legislativo, PL-6, solicitando licença para gozar férias no exterior; e

— Requerimento, sem número, de Tito Mondin, Orientador de Pesquisas Legislativas, PL-4, solicitando licença para ausentar-se do país.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral e Secretário da Comissão a presente ata.

5ª REUNIAO EM 30 DE MARÇO DE 1967

Sob a presidência do Sr. Moura Andrade Presidente, presentes os Senhores Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente, Gilberto Marinho, 2º Vice-Presidente, Dinarte Mariz, 1º Secretário, Vitorino Freire, 2º Secretário, Edmundo Levi, 3º Secretário, Catete Pinheiro, 4º Secretário, Guido Mondin, 2º Suplente, Sebastião Archer, 3º Suplente, Raul Giuberti, 4º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixa de comparecer por motivo justificado, o Senhor Atilio Fontana, 1º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e, sem observações, aprovada.

A Comissão examina e indefere recursos interpostos pelo Oficial Legislativo, PL-6, Arthur Botelho Casado Lima, sobre a não inclusão de funcionários requisitados por outros órgãos, na lista de merecimento.

Em seguida, aprecia o recurso de Gilberto Fernandes Alves, Oficial Legislativo, PL-6, que é igualmente indeferido.

Continuando seus trabalhos, a Comissão examina o DP 1.472-66, em que Anselmo Nogueira Macieira, Assessor Legislativo, PL-2, solicita sua aposentadoria.

O Sr. Presidente relata o processo, sendo voto vencido.

A Comissão decide seja elaborado o respectivo Projeto de Resolução e remetido ao Plenário.

A seguir, a Comissão Diretora aprova, por proposta do Senhor 2º Vice-Presidente, o uso do crédito extrorodinário para fim de transporte aéreo dos parlamentares.

A Comissão Diretora resolve designar os Srs. 1º, 3º e 4º Secretários, para constituírem um Grupo de Trabalho encarregado de estudar e oferecer sugestões referentes à construção de unidades residenciais para senadores. Ficaram os aludidos parlamentares autorizados a manter entendimentos com as autoridades que possam ajudar a resolver o assunto.

É também incumbido o Sr. 3º Secretário de tomar as necessárias providências para a apresentação de um estudo de aumento da área utilizável do Senado Federal. Após este levantamento, deverá Sua Excelência propor, à Comissão Diretora, as medidas que se fizerem mister para execução do plano.

Prosseguindo em seus trabalhos, a Comissão Diretora acolhe parecer do Sr. 2º Vice-Presidente, quanto à aplicação de que preceitua a Resolução nº 8, de 1963, que aumentou o número de Auxiliares dos Gabinetes dos Membros da Mesa, dos Líderes da Maioria e Minoria, para efeito da aplicação do disposto no artigo 143, da Resolução nº 6, de 1963.

A Comissão Diretora promove, a seguir, nas vagas abaixo relacionadas, os seguintes funcionários:

1ª Vaga — decorrente da aposentadoria de Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues Oficial Legislativo, PL-5 (Res. nº 58-66)

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Antiquidade: Sebastião Veiga

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso — Merecimento Absoluto, nos termos do artigo 2º, parágrafo único da Resolução nº 6-62:

José Ney Passos Dantas
De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Antiquidade:

Paulo Rubens Pinheiro Guimarães
De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Merecimento: Lourival Francisco Lopes

2ª Vaga — decorrente da nomeação de Nair Cardoso, Oficial Legislativo, PL-9, para outro cargo (Res. número 62-63)

De Oficial Legislativo, PL-4 a PL-3 — Critério — Merecimento:

Odenegus Gonçalves Leite
De Oficial Legislativo, PL-5 a PL-4 — Critério — Merecimento:

Deolinda Maria Peixoto Braga
De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Merecimento: Maria Helena Bueno Brandão

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso — Merecimento Absoluto, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Resolução 19-62: Edlaa Borges de Oliveira

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Merecimento: Diva Falconi de Carvalho

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Merecimento: Ione Ramos de Figueiredo

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Antiquidade: Mauro Motta Euzenqu

3ª Vaga — decorrente da nomeação de Gilda Leal Costa, Oficial Legislativo, PL-3, para outro cargo (Res. nº 63-66)

De Oficial Legislativo, PL-4 a PL-3 — Critério — Merecimento: Lúcia José da Silva

De Oficial Legislativo, PL-5 a PL-4 — Critério — Antiquidade: Georgeta Kunz

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Antiquidade: Rui Ribeiro Cardoso

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso — Merecimento Absoluto — de acordo com o artigo 2º, parágrafo único, da Resolução nº 19, de 1962: Aberto Pereira da Cunha

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Merecimento: Lúcia Pinto Furtaz

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Antiquidade: Arnaldo Gomes

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Merecimento: Francisco Marinho Bandeira de Melo Junior

4ª Vaga — decorrente da nomeação de Sarah Abrãão, Oficial Legislativo, PL-6, para outro cargo (DCN de 13 de dezembro de 1966)

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso — Merecimento Absoluto, conforme determina o art. 2º, parágrafo único, da Resolução nº 19, de 1962: Eduardo Leão Marques

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Antiquidade: Cid Sebastião da França Ertzger

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Merecimento: José Carlos Vidal

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Antiquidade: Carlos do Carmo Moreira

5ª Vaga — decorrente da aposentadoria de Eunice Costa Macedo, Oficial Legislativo, PL-3 (Resolução número 78-66)

De Oficial Legislativo, PL-4 a PL-3 — Critério — Antiquidade: Leopoldina Ferreira Neves

De Oficial Legislativo, PL-5 a PL-4 — Critério — Merecimento: Cláudio Idalberto Carneiro Leal Neto

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Merecimento: Romeu Arruda

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso — Merecimento Absoluto, conforme determina o artigo 2º, parágrafo único, da Resolução nº 19, de 1962: Arlete Deloza Tapajós

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Merecimento: Maria de Lourdes Penna Fonseca

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Antiquidade: Helena de Souza Leite

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a

PL-9 — Critério — Merecimento:

Paulo Jorge Caldas Pereira

6ª Vaga: decorrente da aposentadoria de Maria Cherubina Costa, Oficial Legislativo, PL-5 (Res. 85-66)

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Antiquidade: Lis Henriques Fernandes

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso — Merecimento Absoluto, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Resolução nº 19-62:

Abundante Marques de Albuquerque Mello

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Antiquidade: Wilson Tamiak Chacala

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Merecimento: Maria Carrasco Leite Guimarães

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Antiquidade: Jane Romualdo Silva

7ª Vaga: decorrente da aposentadoria de Lúcia Jeanne Faria Lisboa Robichez, Oficial Legislativo, PL-4 (Resolução nº 1-67)

De Oficial Legislativo, PL-5 a PL-4 — Critério — Antiquidade: Iry Rodrigues Alves

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Merecimento:

Jorge Paiva do Nascimento

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso — Merecimento Absoluto, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Resolução nº 19-62:

Hugo Rodrigues de Figueiredo

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério — Antiquidade:

Therézinha Duarte Sampaio

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Merecimento: José Lucena Dantes

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Merecimento:

Maria Lúcia Soares de Castro

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 — Critério — Antiquidade: Francisco José Nélito Neto

Em resposta à consulta do Sr. 4º Secretário, referente à aplicação do disposto no § 2º do art. 177, da Constituição Federal, a Comissão Diretora entende que os interessados deverão requerer o aludido benefício e, após exame de cada caso, serão eles declarados estáveis e terão seus títulos apostilados.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Francisco Mendes Vianna, Diretor-Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

Comissão Mista incumbida estudo e parecer ao Projeto de Lei nº 23, de 1966 (CN) que "Regula a Liberdade Manifestação do Pensamento e da Informação."

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 1967

As 20 horas do dia 16 de janeiro de 1967, na Sala da Comissão, reuniu-se a Comissão Mista incumbida a presidência do Senhor Senador Paulo de Almeida Neto, presentes os Senhores Senadores Luiz Carlos Rezende, José Carlos de Almeida, Cláudio de Almeida, José Leite, Arthur Varg, Manoel de Lencastre, Moniz de Almeida, João de Almeida e Senhores Deputados Ivan Luz, E. Carneiro, Raimundo de Almeida, Raimundo Prado, Ovidio de Almeida, O. Zambelli, Raul de Góes, M. Piva, Amaral Neto, Mário Costa, Martins Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudar o Projeto de Lei nº 2, de 1967 (C.N.), que regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Abre os trabalhos, o Sr. Presidente faz consideração sobre a importância do tempo que a Comissão terá que se manifestar e, em seguida, concede a palavra ao Sr. Deputado Ivan Luz, Relator da matéria, a fim de emitir seu parecer.

A reunião é suspensa às 2 horas 20 minutos do dia 17 e reaberta 3 horas do mesmo dia no Plenário do Senado Federal.

São discutidas e votadas duas emendas referentes a emendas a serem anexadas ao texto original, verificando-se também subemendas, propostos por membros da Comissão. Usam a palavra diversos oradores, entre eles o Senhor Deputado Dias Menezes, autorizando o Sr. Presidente, de a não participar ao órgão.

O Sr. Presidente tem consideração sobre os trabalhos realizados, in vindo o Sr. Presidente para as palavras do Sr. Deputado I. Luz, ressaltando a importância do tempo, a extensão e a importância tarefa realizada pela Comissão Mista.

No decorrer dos trabalhos, a presente reunião foi levantada e reaberta por diversas vezes, sendo encerrada às 13 horas e 50 minutos do dia 17.

Os debates travados foram transcritos e serão publicados, em anexo, como parte integrante da Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra o Sr. Presidente, eu, Francisco Mendes Vianna, Diretor-Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.